

**SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES DE 31/05/2013****IV - PEQUENO EXPEDIENTE**

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) - Apelo à Presidenta Dilma Rousseff de sanção da lei sobre a criação da Universidade Federal do Cariri — UFCA.

SIMPLÍCIO ARAÚJO (PPS, MA) - Inadmissibilidade de alteração da Lei Ficha Limpa a favor da candidatura de políticos condenados pela Justiça.

IZALCI (PSDB, DF) - Elevados gastos do Governo do Distrito Federal com a realização de eventos. Necessidade de investigação, pelo Ministério Público, da destinação da renda de jogo realizado entre as equipes do Santos Futebol Clube e o Clube de Regatas do Flamengo no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

DOMINGOS DUTRA (PT, MA) - Constatação, pela Comissão Nacional da Verdade, da prática de atrocidades e tortura contra indígenas durante o regime militar, conforme o chamado Relatório Figueiredo. Assassinato de índios pela Polícia Federal e fazendeiros no País. Apelo ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de não participação da Polícia Federal em ações de reintegração de posse contra indígenas. Solicitação à Presidenta Dilma Rousseff de suspensão da Portaria nº 303, de 2012, da Advocacia-Geral da União, a respeito das salvaguardas institucionais às terras indígenas. Imediata reestruturação da FUNAI.

SIMPLÍCIO ARAÚJO (PPS, MA - Pela ordem) - Congratulações ao Deputado Domingos Dutra pelo discurso proferido a respeito dos povos indígenas. Atenção especial do Governo petista para com os índios brasileiros. Importância da realização pela Casa de debate acerca de conflitos gerados pela demarcação de terras indígenas no País.



CHICO LOPES (PCdoB, CE) – Participação no 53º Congresso da União Nacional dos Estudantes — UNE, realizado em Goiânia, Estado de Goiás. Não pagamento, por gestores municipais, do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. Déficit de docentes no País.

DOMINGOS DUTRA (PT, MA - Pela ordem) - Falecimento do advogado Celso Sampaio, em São Luís, Estado do Maranhão.

OSMAR TERRA (PMDB, RS) - Escalada de homicídios no País. Relação entre o uso de drogas e a violência. Aprovação pela Casa do projeto de lei, de autoria do orador, acerca do estabelecimento do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas. Conveniência de revisão do Código Penal brasileiro como forma de combate à violência.

IZALCI (PSDB, DF - Como Líder) - Inconstitucionalidade da apresentação, pela Presidenta Dilma Rousseff, de emenda à Medida Provisória nº 609, de 2013, com o teor da Medida Provisória nº 605, de 2013, aprovada pela Casa. Interferência do Poder Executivo em decisões do Congresso Nacional. Críticas à administração do Governo Federal, especialmente quanto à falta de planejamento.

SIMPLÍCIO ARAÚJO (PPS, MA - Pela ordem) - Necessidade de conclusão pelas prefeituras municipais dos Planos Municipais de Saneamento Básico — PMSB.

PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Saudações a alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cuiabá — UNIC, Estado de Mato Grosso, presentes nas galerias do plenário.

V - GRANDE EXPEDIENTE

(Não houve oradores)



VI - COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) - Reajuste da taxa básica de juros, a taxa SELIC, pelo Comitê de Política Monetária — COPOM do Banco Central. Baixo crescimento do Produto Interno Bruto — PIB brasileiro. Apreensão do orador ante o panorama econômico do País.

DOMINGOS DUTRA (PT, MA) - Apoio às declarações do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, a respeito da submissão do Parlamento brasileiro aos ditames do Poder Executivo. Defesa de aprovação do Projeto de Resolução nº 11, de 2011, sobre a obrigatoriedade de inclusão na Ordem do Dia de cota mínima de proposições de iniciativa parlamentar. Pretensão do orador de candidatura ao Senado Federal.

IZALCI (PSDB, DF) - Protesto contra o atraso na aprovação do novo Plano Nacional de Educação — PNE.

DOMINGOS DUTRA (PT, MA - Pela ordem) - Prioridade na educação pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

SIMPLÍCIO ARAÚJO (PPS, MA) - Associação ao discurso proferido pelo Deputado Izalci a respeito da gestão do Governo Federal. Repúdio ao apoio do governo petista à Oligarquia Sarney, no Estado do Maranhão. Baixos indicadores socioeconômicos no Estado, especialmente dos setores de educação e saúde pública. Natureza propagandística da gestão da Governadora Roseana Sarney. Perseguição política praticada pelo Governo Estadual contra gestores municipais oposicionistas. Expectativa quanto à vitória do candidato Flávio Dino nas eleições para Governador do Estado do Maranhão. Realização do movimento Diálogos pelo Maranhão nos Municípios de Amapá do Maranhão, Carutapera, Zé Doca, Buritirana e Amarante do Maranhão.

CHICO LOPES (PCdoB, CE) - Realização, pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, de audiência pública destinada ao debate da redução de investimentos pela Companhia Energética do



Ceará — COELCE. Necessidade de adoção de providências sobre o assunto pela Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL e pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará — ARCE. Falta de livre concorrência no setor de distribuição de energia elétrica no País.

OSMAR TERRA (PMDB, RS e como Líder) - Pontos fundamentais do projeto de lei, aprovado pela Casa, sobre a instituição de sistema nacional de políticas contra drogas.

IZALCI (PSDB, DF - Como Líder) - Críticas às manobras contábeis realizadas nas contas públicas pelo Governo brasileiro. Apelo ao Governo Federal de encaminhamento à Casa de medida provisória sobre a reforma da contabilidade pública. Matéria *Sumiu uma Finlândia na ‘contabilidade criativa’ do governo*, publicada na revista *Exame*. Ressalvas do Tribunal de Contas da União à contabilidade do Poder Executivo, no exame das contas do Governo Federal de 2012.

RONALDO FONSECA (Bloco/PR, DF) - Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 349, de 2001, sobre a abolição do voto secreto nas decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apoio ao voto secreto nas eleições da Mesa Diretora. Regozijo com a aprovação de projeto de lei sobre a possibilidade de investimentos da iniciativa privada nas comunidades terapêuticas, com abatimento no Imposto de Renda. Destinação dos recursos provenientes das emendas apresentadas pelo orador.

VII - ENCERRAMENTO